

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS



LATIN
AMERICAN
STUDIES
ASSOCIATION

LASA2023

América Latina y el Caribe: Pensar, Representar y Luchar por los Derechos

VANCOUVER, CANADÁ • 24-27 DE MAIO DE 2023

Na América Latina e no Caribe, a discussão sobre a democracia tem se gerado em esferas de produção de conhecimento distanciadas, seja por sua localização geográfica, seja por suas perspectivas teórico-metodológicas, incluindo os posicionamentos ideológicos. Por um lado, a análise se concentrou nas instituições políticas e em seu desempenho, com ênfase na democracia eleitoral. Por outro, o pensamento crítico tem se concentrado em denunciar os déficits do sistema representativo liberal: a persistente desigualdade social, a hierarquia racial, as assimétricas relações internacionais e/ou o legado epistemológico colonial. Problemáticas como a dos deslocamentos humanos, a corrupção, a violência e o populismo tendem a ficar subsumidas em posicionamentos ideológicos.

O mundo mudou de forma acelerada pela revolução tecnológica, a multiplicação de poderes e interesses globais, a ascensão da China como potência e o aprofundamento das desigualdades. Os marcos conceituais, metodológicos e institucionais que funcionaram como guias até algumas décadas atrás exibem suas limitações, impedindo-nos de compreender plenamente o que está acontecendo e elaborar respostas. O otimismo democrático do último quarto do século XX se desvanece, as conquistas sociais e econômicas retrocedem, a expansão do reconhecimento e respeito pelas populações minoritárias e vulneráveis está longe de se realizar.

É imperativo revisar essas estruturas para reformulá-las, dando centralidade às pessoas e seus direitos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos permitiu um grande avanço global. O mundo seria pior sem o seu reconhecimento. No entanto, não se pode ignorar que nas zonas empobrecidas e afastadas dos espaços geo-humanos afetados positivamente pela globalização, a constitucionalização dos direitos de pouco serve para resolver os problemas da vida cotidiana, ou para defendê-los efetivamente. Despojadas de tais direitos, milhões de pessoas foram forçadas a migrar, às vezes se expondo a situações de extrema vulnerabilidade. O assassinato dos defensores de direitos humanos, o feminicídio, a violência estrutural, a pobreza e abuso que vivem as e os migrantes e a destruição do meio ambiente são fenômenos de especial crueldade na região, e obrigam nossa atenção.

Esta é a encruzilhada em que se encontra a produção de conhecimento na região: como preservar direitos quando as instituições não os garantem? Como torná-los eficazes em contextos de alta desigualdade? Se o estado-nação como o conhecemos não pode lidar com esses e outros problemas, quais são as alternativas? Qual é a capacidade da América Latina e do Caribe de intervir em um contexto global em que a região parece cada vez menos relevante?

Pensar, representar e lutar pelos direitos implica também pensar os direitos da natureza, e requer abordar estas questões a partir de uma academia aberta à interdisciplinaridade e à presença de outros saberes e outras vozes. Implica a paixão por compreender multidões, movimentos sociais e atores da sociedade civil, que, além dos partidos e governos, representam e lutam por esses direitos. Uma academia plural, que enfrente a relação norte e sul, que supere enfoques dicotômicos, incorporando contribuições do ativismo sem renunciar à autonomia necessária para exercer o pensamento crítico e a convivência de vozes dissidentes. A luta pelos direitos está intrinsecamente ligada à luta por uma democracia mais participativa, solidária e de justiça social. A partir da academia, devemos contribuir ativamente para torná-la possível.

PRESIDENTA DE LASA

Margarita López Maya
Universidad Central de Venezuela,
Venezuela

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

Yanina Welp
Cientista política e comunicadora social,
Albert Hirschman Centre on Democracy,
Graduate Institute, Genebra (Suíça)
e Coordenadora Editorial de Agenda
Pública / El País (Espanha)

David Smilde

Sociólogo, Tulane University (Nova
Orleans) e Senior Fellow, Washington
Office on Latin America (WOLA)

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

LASA2023: América Latina y el Caribe: Pensar, Representar y Luchar por los Derechos
VANCOUVER, CANADÁ · 24-27 DE MAIO DE 2023



Novas Áreas Temáticas

LAS PROTESTAS SOCIOPOLÍTICAS DEL SIGLO 21

Martha García e Moisés Arce

O século XXI foi marcado por ondas de protestos em muitos países da América Latina e do Caribe. Desde a Guerra da água na Bolívia em 2000, o Argentinazo em 2001, passando por aquelas que levaram à Ascensão e queda de Evo Morales (2003-2018) e pelos constantes protestos contra os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela (2002, 2004, 2007, 2014, 2017, 2018). Também houve protestos no Brasil (2013), Nicarágua (2018), Haiti (2018-2019), El Salvador (2019-2020), Porto Rico (2019), México (2019), Chile (2019), Equador (2019), Peru (2019), Colômbia (2019, 2020, 2021) e Cuba (2021). Tais protestos foram realizados por multiplicidade de atores sociais e políticos, que desdobraram no espaço público, e das mais variadas maneiras, diversidade de reivindicações; diversas foram também as respostas governamentais, tanto às demandas apresentadas como aos protagonistas dessas lutas sociais.

A arte, a tecnologia, o ativismo e a academia se entrelaçaram nessas manifestações para potencializar sua visibilidade. Solidariedade, sororidade, cuidados de si e dos outros floresceram na maioria delas. Que condições permitiram que essas ondas de protestos se espalhassem pelo continente? O que dizem esses protestos sobre a democracia na região? São eles mostra da crise da democracia representativa, da legitimidade política ou da polarização social? Como se relacionam os emergentes e renovados atores e movimentos sociais, portadores de demandas de garantias para exercer e consagrar direitos individuais e coletivos, com os partidos e movimentos políticos? Como responderam os governos da região às denúncias de corrupção, violações de direitos humanos e da natureza e impunidade que se expressaram nas lutas sociais? Como os sistemas políticos da região responderam à desconfiança dos cidadãos em relação às instituições políticas?

BIOPOLÍTICA, CUERPOS Y POSTHUMANISMO

Gabriel Giorgi e Magdalena López

O surgimento da COVID-19 e os modos como a pandemia foi administrada colocaram em evidência, mais uma vez, a importância das discussões sobre biopolítica. A centralidade do vírus veio corroborar e intensificar linhas de problematização da noção de “vida” e seus deslocamentos entre humano e não humano, orgânico e inorgânico, bios e geos que vinham sendo trabalhadas a partir de distintos ângulos da reflexão biopolítica. É claro que a distinção entre o humano e a natureza própria do humanismo, com a consequente localização do primeiro em termos de superioridade e domínio sobre o segundo, está tendo efeitos letais para a sustentabilidade do planeta. Diante deste panorama identificado com o chamado “antropocentrismo”, “antropoceno/capitaloceno”, “especismo” ou com os efeitos da “máquina antropológica”, diversos estudos trouxeram velhas perguntas e formularam outras novas, nas quais premissas sobre as relações entre corpo e política adquirem novas ressonâncias e reinscrevem discussões anteriores. Como se disputam e repensam os limites do humano e seus possíveis agenciamentos com outras formas de vida em contextos de extração intensificada? Como se rearticulam a partir daí políticas sexogenéricas, raciais, culturais? Como pensar a relação e o atrito entre saberes ameríndios, afrodescendentes e a tradição biopolítica? Que fabulações críticas em torno do animal, do vegetal e do mineral se mobilizam contra as linguagens dominantes em torno do extrativismo? Como intervir sobre as inflexões dos velhos e novos autoritarismos em contextos necropolíticos? Nos últimos anos, estas questões vêm sendo exploradas em relação à experiência na América Latina sob diferentes perspectivas, como a do direito, da filosofia, da história, da biologia, da antropologia, do ativismo ambientalista e de direitos humanos, do trabalho social, da literatura, do cinema, das artes plásticas e das pesquisas sobre novas tecnologias. Entendendo que o biopolítico atravessa distintas arestas que excedem os limites disciplinares acadêmicos, convidamos a submeter propostas que dialoguem com estas linhas de trabalho a partir da reflexão crítica a partir e/ou em tensão com a tradição do pensamento biopolítico.

CHILE AS DEMOCRACY'S MIRROR IN LATIN AMERICA

Gabriel Negretto e Sofia Donoso

O Chile tem sido tradicionalmente considerado um dos casos mais bem-sucedidos de democratização na região. Após a reinauguração da democracia em 1990, o Chile foi capaz de evitar os problemas que afetaram outras novas democracias. Uma coalizão de centro-esquerda governou o país por duas décadas e compartilhou o poder com uma coalizão de centro-direita, que, desde 2010, também conseguiu ganhar a presidência. A política chilena não foi afetada por crises políticas ou institucionais insuperáveis e teve níveis comparativamente baixos de corrupção pública. Além disso, desde os anos 90, o Chile alcançou uma merecida reputação de sucesso econômico. Entre 1990 e 2010, o país não só multiplicou por mais de três sua renda anual per capita, como também conseguiu reduzir os níveis de pobreza de 46 para menos de 20 por cento. Como na maior parte da região, o Chile experimentou uma relativa estagnação econômica desde 2011. No entanto, a renda per capita continuou a crescer e, em 2019, a pobreza caiu abaixo de 10 por cento.

Da perspectiva da cidadania chilena, no entanto, os sinais de preocupação foram se acumulando com o tempo: a diminuição da confiança pública nas instituições representativas, as demandas por uma melhor educação, saúde, pensões e o cumprimento dos direitos sociais em geral. Essas preocupações atingiram o auge em outubro de 2019, quando ocorreram protestos sociais em massa contra o status quo político e social. Em reação às mobilizações em massa, um acordo multipartidário ativou um processo para

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

LASA2023: América Latina y el Caribe: Pensar, Representar y Luchar por los Derechos
VANCOUVER, CANADÁ · 24-27 DE MAIO DE 2023



substituir a constituição no Chile. O processo capturou a imaginação da população chilena e dos observadores externos porque pode funcionar como uma solução pacífica para o conflito social e dismantlar os restos de uma constituição originalmente projetada para restringir o poder de governos surgidos das urnas. Também promete um novo modelo de elaboração de constituições democráticas em uma região na qual a insatisfação dos cidadãos com o desempenho democrático levou com demasiada frequência a conflitantes processos plebiscitários de substituição constitucional que facilitaram a deterioração democrática ou uma franca regressão autoritária.

No entanto, o processo de transformação democrática no Chile enfrenta muitos desafios que são muito familiares para as sociedades latino-americanas em geral: a falta de resposta das elites às demandas sociais de reforma, a insatisfação dos cidadãos, a crise de representação, a transformação do sistema partidário e até mesmo a ameaça do populismo.

Nesse sentido, o Chile é um laboratório de análise comparativa. Esta área temática do programa destacará a análise destas questões, incluindo estudos comparativos entre os processos sociais e políticos do Chile e os de outros países da região. Em que condições as elites políticas dão uma resposta oportuna e adequada ao descontentamento social? Qual é o papel dos movimentos sociais no desencadeamento de processos de reforma profundos?

¿QUIÉN MANDA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE? DE LOS PODERES FÁCTICOS A LA GOBERNANZA CRIMINAL

Eduardo Porretti, Luis Daniel Vásquez e Lucía Dammert

Há várias décadas tem-se falado da relevância dos poderes fáticos – aqueles que se exercem não em virtude de ser eleito, mas pela capacidade de pressão ou autoridade que se possui – na tomada das decisões políticas. Enquanto alguns poderes constituídos legais com peso no passado, como a Igreja, perdem capacidade de influência, outros a ganham. Como isso afeta as democracias contemporâneas? A interação entre os poderes constituídos e o poder político pode ser realizada por meios legais, como o lobby ou o financiamento eleitoral de grupos empresariais, as pressões financeiras de organismos internacionais, os meios de comunicação, grêmios de diferentes tipos para obter leis e políticas públicas de acordo com seus interesses. Pode também ser realizado por mecanismos ilegais, como ameaças, subornos, licitações fraudadas, negociações incompatíveis, financiamentos eleitorais ilegais, portas giratórias ou violência. Para acrescentar complexidade, grande parte da interação entre os poderes fáticos e o estado se realiza em zonas cinzentas, com atos que parecem legais, mas cujos meios e/ou finalidades são fraudulentos aos princípios constitucionais e democráticos.

Estamos diante de processos de conluio, cooptação e reconfiguração estatal que afetam não só a representação política, mas também a provisão de bens públicos e a qualidade da democracia. No extremo, estaremos diante de redes de macrocriminalidade, paramilitares, guerrilhas e milícias que podem chegar a instituir a ordem e prover recursos no território por meio de governança criminal e com o acordo governamental. O que acontece com a representação política? Onde fica a tão almejada construção do bem-estar geral? Que circuitos de representação se reconfiguram, e como alteram a concepção da democracia? Como se constrói a ordem política, e para onde vai? Quem manda na América Latina e no Caribe?

DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO DE SESSÕES

Um dos principais objetivos do Congresso da LASA é facilitar o intercâmbio intelectual ao mais alto nível em ciências sociais e humanas na América Latina e o Caribe. Uma condição importante para alcançar este objetivo é assegurar que todas as sessões do Congresso incorporem graus significativos de diversidade, de acordo com vários critérios. Estes critérios incluem as filiações institucionais dos painelistas, região de origem, fase da carreira, e diversidade de gênero. Nem todos estes critérios podem estar presentes em todas e cada uma das sessões, mas, sempre que possível, eles devem ser observados ao organizá-las. Uma sessão constituída por apresentadores/as da mesma instituição é susceptível de ter uma classificação baixa ou ser

rejeitada. Deve ser composta por representantes de pelo menos duas instituições ou mais, se possível. Mesmo quando uma sessão se centra num único país, pode ser possível encontrar diversidade entre os/as participantes com pessoas baseadas em diferentes países. Tal diversidade pode levar a diferentes perspectivas sobre o mesmo país. A presença na mesma sessão de investigadores/as em diferentes fases das suas carreiras, desde estudantes de pós-graduação a investigadores/as juniores e seniores, pode promover redes intelectuais produtivas e oportunidades de tutoria. Não deve ser difícil conseguir a diversidade de gênero numa associação onde as mulheres constituem mais de metade dos seus membros.

IMPORTANTE

Antes de enviar uma proposta, por favor, revise todas as informações sobre o envio de propostas no link a seguir:
<https://lasaweb.org/pt/lasa2023/proposals/>

Para saber mais sobre o processo de seleção de propostas, consulte o link a seguir:
<https://lasaweb.org/pt/lasa2023/selection-process/>

O PRAZO PARA O ENVIO DE PROPOSTAS É
8 DE SETEMBRO DE 2022 ÀS 17:00, HORÁRIO DO LESTE

VEJA INSTRUÇÕES NA
PRÓXIMA PÁGINA.

Convidamos você a apresentar um trabalho ou proposta de painel abordando o tema do congresso ou qualquer tópico relacionado com as áreas temáticas do programa. A LASA também convida os apresentadores de trabalhos que se qualificam a solicitar bolsas de viagem. Visite o site da LASA para saber os critérios de elegibilidade. Todas as propostas para papéis, painéis e bolsas de viagem devem ser enviadas para a Secretaria da LASA através do sistema de propostas on-line até 8 de setembro de 2022, 17:00 EST (hor. do Leste).

O prazo para o envio de propostas é 8 de setembro de 2022 às 17:00, horário do leste.

Formulários e instruções das propostas estarão disponíveis no website da LASA: <https://lasaweb.org>.

Não serão aceitas propostas via correio. Um e-mail de confirmação será imediatamente enviado assim que a proposta for enviada com sucesso. Caso contrário, contate a secretaria da LASA antes do prazo de confirmação em lasa@lasaweb.org.

Todos os participantes precisarão fazer a inscrição prévia para o Congresso.

Temas permanentes

O Conselho Executivo de 2018-2019 decidiu trabalhar para assegurar que cada congresso mantenha um conjunto de temas permanentes. Para este fim, foi feita uma análise exaustiva de temas existentes desde 1991 (221 no total) e de uma série de propostas recebidas. O critério foi consolidar, homogeneizar e expandir esses temas para oferecer um espaço permanente que representa a diversidade temática representada pela associação.

As 221 áreas temáticas encontradas foram discutidas em vários estágios pelo Conselho Executivo completo e por um subcomitê apontado pelo Conselho Executivo. Inicialmente, os 221 eixos foram reduzidos a 43, e finalmente para 32.

Agenda do Programa

Selecione o tópico mais apropriado para a sua proposta da lista abaixo e insira no espaço designado no sistema de envio. Você pode enviar somente um tópico. Envie a sua correspondência somente para a secretaria da LASA.

TEMAS PERMANENTES

Agrarian and Food Studies
Art, Music and Performance Studies
Childhood and Youth Studies
Civil Societies and Social Movements
Culture, Power and Political Subjectivities
Democratization and Political Process
Economics and Political Economy
Education
Environment, Nature and Climate Change
Film Studies
Feminism and Gender Studies
Health Policies
History and Archaeology
Human Rights and Memory
Indigenous Peoples and Afro-descendants: Epistemologies and Knowledge
International Relations / Global Studies
Labor Studies
Language and Linguistics
Latinx Studies
Law and Justice

O Conselho Executivo ou um subcomitê apontado pelo Conselho Executivo avaliará periodicamente novas áreas propostas pelo comitê do programa para determinar a sua permanência na lista das áreas temáticas principais.

Novas áreas de cada congresso

O Comitê do Programa terá a possibilidade de propor áreas temáticas específicas que considere relevantes dentro da estrutura da sua programação. Para o Congresso de 2023, o tema escolhido pelo Comitê girará em torno da luta e preservação não só dos direitos humanos, mas também dos direitos ambientais na América Latina e no Caribe.

Literature Studies
Mass Media and Popular Culture
Migration and Refugees
Otros Saberes and Alternative Methods
Political Institutions
Public and Social Policies
Race and Ethnicities
Religion, Politics and Society
Archives, Libraries and Digital Scholarship
Sexualities and LGBTI Studies
Urban Studies
Security and Violence

NOTÍCIAS DA LASA2023

Las protestas sociopolíticas del siglo 21

Biopolítica, cuerpos y posthumanismo

Chile as Democracy's Mirror in Latin America

¿Quién manda en América Latina y el Caribe? De los poderes fácticos a la gobernanza criminal



LATIN
AMERICAN
STUDIES
ASSOCIATION